PT na Câmara
julho/2023

DEMOCRACIA
RECONSTRUÇÃO
INCLUSÃO

O Brasil no rumo certo

DEMOCRACIA
RECONSTRUÇÃO
INCLUSÃO

O Brasil no Rumo Certo

Brasília, julho/2023

Expediente

LÍDER - Zeca Dirceu (PR)

VICE-LÍDERES
Ana Pimentel (MG)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Dandara (MG)
Delegada Adriana Accorsi (GO)
Dimas Gadelha (RJ)
Erika Kokay (DF)
Helder Salomão (ES)
Jack Rocha (ES)
Josias Gomes (BA)
Juliana Cardoso (SP)
Kiko Celeguim (SP)
Leonardo Monteiro (MG)
Merlong Solano (PI)
Paulão (AL)
Reimont (RJ)
Valmir Assunção (BA)
Washington Quaquá (RJ)

COORDENAÇÃO DE GABINETE
Joaquim Junior Borges Ribeiro

COORDENAÇÃO DA LIDERANÇA DO PT
Bruno Gaspar Garcia, Joaquim Jr. Borges Ribeiro, Marcus Braga, Misiara Oliveira, Patricia Soares Melo, Simone Fagundes.

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
Misiara Oliveira

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS
Heber Gonçalves
Lorena Vale
Paulo Paiva Nogueira
Vânia Rodrigues
Assessorias de Comunicação dos Mandatos

EDIÇÃO
Carlos Leite

CAPA, PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO
Claudia Barreiros

FOTOS
Gabriel Paiva, Gustavo Bezerra, Thiago Coelho, Alessandro Dantas, Vinicius Loures (Maria do Rosário), Will Shutter (Kiko Celeguim) e Zeca Ribeiro (Arlindo Chinaglia)/ Câmara dos Deputados, Agência Brasil e Ricardo Stuckert.

Brasília - Julho/2023

Bancada do PT (2023-2027)

Zeca Dirceu (PR) - Líder do PT

Afonso Florence (BA) - Licenciado
Airton Faleiro (PA)
Alencar Santana (SP)
Alexandre Padilha (SP) - Licenciado
Alexandre Lindenmeyer (RS)
Alfredinho (SP)
Ana Paula Lima (SC)
Ana Pimentel (MG)
Arlindo Chinaglia (SP)
Benedita da Silva (RJ)
Bohn Gass (RS)
Camila Jara (MS)
Carlos Veras (PE)
Carlos Zarattini (SP)
Carol Dartora (PR)
Dandara (MG)
Denise Pessôa (RS)
Delegada Adriana Accorsi (GO)
Dilvanda Faro (PA)
Dimas Gadelha (RJ)
Dr. Francisco (PI)
Erika Kokay (DF)
Flávio Nogueira (PI)
Florentino Neto (PI)
Gleisi Hoffmann (PR)
Helder Salomão (ES)
Ivoneide Caetano (BA)
Jack Rocha (ES)
Jilmar Tatto (SP)
João Daniel (SE)
Jorge Solla (BA)
José Airton Cirilo (CE)
José Guimarães (CE)
Joseildo Ramos (BA)
Josias Gomes (BA)
Juliana Cardoso (SP)
Kiko Celeguim (SP)
Leonardo Monteiro (MG)
Lindbergh Farias (RJ)
Luiz Couto (PB)
Luiz Marinho (SP) - Licenciado
Luizianne Lins (CE)
Marcon (RS)
Maria do Rosário (RS)
Merlong Solano (PI)
Miguel Ângelo (MG)
Mineiro (RN)
Natália Bonavides (RN)
Nilto Tatto (SP)
Odair Cunha (MG)
Padre João (MG)
Patrus Ananias (MG)
Paulão (AL)
Paulo Guedes (MG)
Paulo Pimenta (RS) - Licenciado
Paulo Teixeira (SP) - Licenciado
Pedro Uczai (SC)
Reginaldo Lopes (MG)
Reginete Bispo (RS)
Reimont (RJ)
Rogério Correia (MG)
Rubens Otoni (GO)
Rubens Pereira Jr (MA)
Rui Falcão (SP)
Tadeu Veneri (PR)
Valmir Assunção (BA)
Vander Loubet (MS)
Vicentinho (SP)
Waldenor Pereira (BA)
Washington Quaquá (RJ)
Welter (PR)
Zé Neto (BA)

Editorial

UMA NOVA ERA COM LULA

ZECA DIRCEU (*)

Nos primeiros seis meses de 2023, os deputados e deputadas da Bancada do PT na Câmara alinharam-se de corpo e alma às ações de reconstrução nacional empreendidas pelo governo do presidente Lula. Formou-se, no Congresso, uma trincheira em defesa do projeto de resgate do País em bases democráticas, plurais, solidárias, justas e ambientalmente sustentáveis, com crescimento econômico e desenvolvimento social.

O PT voltou a ser protagonista na Câmara dos Deputados, ocupando os principais espaços de poder, em razão das articulações no início da atual legislatura. Assim, o partido preside as duas únicas comissões temáticas com poder terminativo: A Comissão de Constituição e Justiça e a de Finanças e Tributação. E ainda preside duas outras que fazem parte da luta histórica do partido: a de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a do Trabalho.

Além disso, na Mesa Diretora, comandamos a Segunda Secretaria, e dirigimos ainda as Secretarias de Comunicação Social da Câmara, a da Mulher e a da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude. Vários projetos estratégicos, como os do Bolsa Família e da Igualdade Salarial, foram relatados por parlamentares do PT. Todos os pormenores da atuação de nossa bancada nesses espaços de poder estão nesta publicação.

Ao longo do primeiro semestre, trabalhamos para fortalecer as ações de apoio à agricultura familiar, a retomada do PAA, o combate à fome. Contribuímos com o debate sobre a política econômica, denunciando as altas e antinacionais taxas de juros do Banco Central. A bancada atuou decisivamente para a aprovação de matérias estratégicas. Dialogamos para aprovar o novo marco fiscal e a Reforma Tributária e atuamos em sintonia com os movimentos sociais, sindicais, populares e representações dos serviços públicos e dos setores produtivos.

Entre diferentes avanços, destaque-se a aprovação das Medidas Provisórias do Mais Médicos, do Minha Casa, Minha Vida, do Bolsa Família e da Reorganização dos Ministérios. O rol de conquistas inclui a valorização do salário mínimo. Nove leis foram sancionadas para garantir a segurança e a promoção das mulheres brasileiras.

Cresce a geração de emprego e renda, a despeito da criminosa taxa de juros. Os pobres estão no orçamento. Foram retomados os programas estruturantes nos campos econômico, social, educacional, ambiental e de infraestrutura. Temos um presidente que governa com racionalidade, determinação e foco nos interesses coletivos e nacionais. As estradas começaram a ser restauradas, depois de quatro anos de abandono, o financiamento à agricultura é recorde, voltou o protagonismo do Brasil no cenário internacional.

É preciso ressaltar, entretanto, que o semestre foi espinhoso e demandou ação firme das instituições em defesa da democracia e no enfrentamento ao fascismo inoculado em setores da sociedade pelo governo anterior, com estímulos ao ódio, à intolerância e ao golpismo. Essa escalada autoritária culminou nos atos terroristas do dia 8 de janeiro.

Naquele dia, a sede da Liderança do PT na Câmara foi destruída, assim como outras instalações da Câmara e do Senado, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. Instalada no mesmo local desde 1980, a liderança do PT foi reconstruída e o recado foi dado aos golpistas: O PT segue firme. Os terroristas foram presos e indiciados e continuam as investigações sobre quem os financiou.

"O PT segue firme. Os terroristas foram presos e indiciados e continuam as investigações sobre quem os financiou"

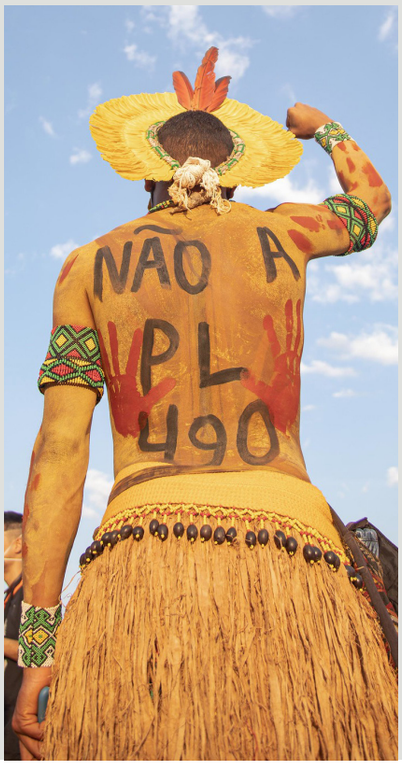
A produção legislativa da bancada foi excepcional. Foram apresentadas 294 proposições legislativas, além de centenas de requerimentos diversos relacionados a audiências públicas, criação de frentes parlamentares, informações e ações no Ministério Público e no Supremo Tribunal Federal referentes, especialmente, a golpistas bolsonaristas e integrantes da famigerada Lava Jato.

Nesta publicação, mostramos ações da Bancada no apoio ao governo Lula, que inaugurou uma nova era no País com o Partido dos Trabalhadores e aliados. Os próximos seis meses serão ainda melhores e, em 2024, esperamos decolar. Um Brasil melhor está em plena construção. São conquistas que trazem a esperança de dias melhores para o povo brasileiro, depois do desastroso governo neofascista passado.

Uma boa leitura!
Brasília, julho de 2023
(*) Deputado Federal pelo Paraná e líder da Bancada do PT na Câmara

RESISTÊNCIA CONTRA RETROCESSOS

No primeiro semestre, a despeito de vários avanços legislativos, a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados teve de enfrentar a agenda atrasada de setores do Congresso Nacional. Entre vários temas se destaca o Marco Temporal.



E os 68 deputados e deputadas do PT também lutaram para tentar aprovar o Projeto de Lei 2630 (PL das Fake News), defendendo a iniciativa de ataques promovidos por interesses econômicos e ideológicos.

MARCO TEMPORAL

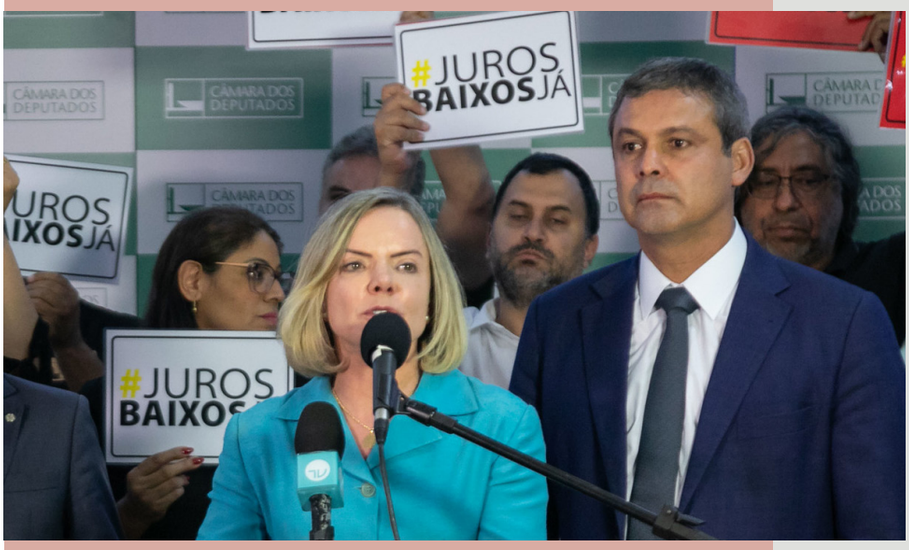
Foi sob protesto e com o voto contrário da bancada que o plenário da Câmara aprovou, em maio, o PL 490/07, do marco temporal de demarcação de terras indígenas. Entre outros retrocessos, o projeto restringe a demarcação de terras indígenas àquelas já tradicionalmente ocupadas por esses povos até 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição atual.

PL DAS FAKE NEWS

A Bancada do PT defendeu a aprovação do PL das Fake News, que regulamenta as plataformas digitais. O PL 2.630/2020 está em tramitação há três anos e foi aprovado pelo Senado em junho de 2020.

A votação foi adiada depois de polêmica e campanhas contrárias promovidas pelas big techs, que atuaram com forte abuso de poder econômico para influenciar a opinião pública e os parlamentares contra o projeto.

BANCADA REAGE À CRIMINOSA TAXA DE JUROS DO BANCO CENTRAL



Um dos principais entraves ao crescimento econômico do País – a abusiva e antinacional taxa de juros do Banco Central – foi objeto de constantes denúncias da Bancada do PT na Câmara ao longo dos primeiros seis meses do governo Lula. A atual taxa básica de juros, de 13,75% ao ano, é inconcebível à luz de qualquer parâmetro técnico. Em termos reais - mais de 9% anuais - é a mais alta do planeta, impactando decisivamente a qualidade de vida da população, pois refreia a geração de empregos e renda, compromisso maior do governo eleito em 2022.

No dia 5 de julho, num movimento liderado pela presidenta nacional do PT, a deputada **Gleisi Hoffmann (PR)**, líderes do PT, PV, MDB, PSD, PSol, PSB, PDT, PC do B e Rede, mais presidentes do fórum de partidos progressistas, encaminharam ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma petição em que pediram a instauração de "procedimento apuratório" acerca da política monetária do Banco Central e da conduta do presidente da instituição, Roberto Campos Neto.

A petição dos diferentes partidos baseia-se na Lei Complementar nº 179/2021, que criou a figura da "autonomia do BC". A lei obriga o Senado a fiscalizar o Banco Central, que precisa prestar informações à Casa. Gleisi disse que não há justificativa técnica para a escorchante taxa de juros, já que inflação está em 3,4% e o câmbio está estável. "A taxa de juros hoje é o principal impeditivo para o desenvolvimento e o crescimento econômico do País", assinalou.

FRENTE PARLAMENTAR CONTRA OS JUROS ABUSIVOS

Outra trincheira de combate é a Frente Parlamentar contra os Juros Abusivos, presidida pelo deputado **Lindbergh Farias (PT-RJ)**. Ele tem denunciado ao longo do tempo os prejuízos ao País provocados pelo BC, que beneficia somente os especuladores do mercado financeiro. Lindbergh observou que graças à irresponsável administração do BC, a União teve que pagar nos últimos 12 meses cerca de R$ 720 bilhões de juros para rolagem da dívida pública. Segundo ele, a alta taxa Selic "dificulta o alcance do equilíbrio fiscal e retira recursos que poderiam ser aplicados em políticas públicas para beneficiar a população".

O parlamentar tem assinalado que não se trata de uma questão política ou ideológica. Ele lembrou que recentemente o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Alencar, e empresários de vários setores, especialmente do varejo, como Luiza Trajano, da Magazine Luiza (Magalu), fizeram reclamações públicas sobre os juros escorchantes praticados no País. Já em fevereiro, Lindbergh, junto com outros parlamentares do PT e da base aliada, lançou a campanha #jurosbaixosjá.

MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O líder da Bancada do PT, **Zeca Dirceu (PR)**, destacou que a sociedade – incluindo sindicatos, associações e entidades do setor produtivo - precisa se mobilizar contra a taxa de juros, considerada por ele como "criminosa". A taxa de juros de 13,75% ao ano "afeta diretamente os investimentos e, com isso, o crescimento do Produto Interno Bruto. As micro, pequenas, médias e grandes empresas são desestimuladas a investir, a dívida pública cresce geometricamente, tudo em nome de um conceito que não tem guarida na realidade e suscita, ao mesmo tempo, questionamentos sobre a tão propalada autonomia do BC".

NOVO REGIME FISCAL SUSTENTÁVEL COM RESPONSABILIDADE SOCIAL

Com o voto unânime da Bancada do PT, o plenário da Câmara aprovou, em maio, o novo Regime Fiscal Sustentável (arcabouço fiscal). A proposta é de autoria do governo Lula e define um conjunto de regras que passa a balizar as contas públicas e representa o compromisso simultâneo do governo com as responsabilidades fiscal e social.

O objetivo, conforme assinalou o vice-líder do governo na Câmara, deputado **Alencar Santana (PT-SP)**, é garantir crescimento econômico e controle do gasto público, "mas também com expansão da base fiscal e do crescimento das receitas". Frisou a importância de o Brasil ter superado as amarras do teto de gastos, a irresponsabilidade fiscal e a gastança desenfreada, "passando a trilhar o caminho da sustentabilidade", disse.

O deputado **Odair Cunha (PT-MG)** destacou que a aprovação do novo marco fiscal foi uma vitória não só do governo Lula, mas de toda a sociedade. Ele observou que o teto de gastos – que engessava os investimentos do governo, afetando profundamente as políticas públicas e as classes sociais mais pobres – só prejudicava a população brasileira.

O parlamentar também reforçou a importância da exclusão do Fundeb dos limites do Regime Fiscal Sustentável, "pois já existe previsibilidade, tanto legal quanto constitucional, para os recursos do fundo". E completou: "Não vamos conseguir um Brasil melhor para todos e todas se limitarmos os investimentos em educação".

Um ponto essencial foi assinalado pelo vice-líder da bancada, deputado **Helder Salomão (PT-ES)**: o novo Regime Fiscal Sustentável prevê mais recursos no orçamento para os programas de erradicação da pobreza, recuperação das verbas para políticas públicas essenciais e mais espaço para investimento público. "O novo arcabouço fiscal, embora não seja o regime desejado, é um importante avanço para a reconstrução do Brasil, além de encerrar o ciclo do famigerado teto de gastos", comentou o deputado.

Os três parlamentares destacaram o compromisso do governo Lula com o aumento real do salário mínimo e com o Bolsa Família, conquistas que não estavam garantidas sob as regras do teto de gastos. O novo regime vai garantir o povo no orçamento e recursos para políticas sociais, saúde e educação.

O texto, mais do que impedir gastos acima de um limite, condiciona maiores gastos do governo ao cumprimento de metas de resultado primário, buscando conter o endividamento e criando condições para a redução de juros e garantia de crescimento econômico sustentável.

Em resumo, o novo regime fiscal é sustentável, flexível e vai dar estabilidade ao País.

O novo regime fiscal fixa regras para manter as despesas abaixo das receitas a cada ano e, se houver sobras, usá-las apenas em investimentos, buscando trajetória de sustentabilidade da dívida pública.

Os critérios para a variação real (descontada a inflação) da despesa são fixados de forma permanente, sem depender do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como no texto original do governo.

REFORMA TRIBUTÁRIA

DEPOIS DE 30 ANOS, REFORMA TRIBUTÁRIA É APROVADA

Após 35 anos de idas e vindas, de debates, finalmente a tão almejada Reforma Tributária foi aprovada na Câmara dos Deputados. O atual sistema tributário é considerado um dos mais complexos e atrasados do planeta, e a última reforma feita nessa área foi em 1967, em plena ditadura militar. Após a aprovação na Câmara, com larga margem de votos (382 votos favoráveis e 118 contrários), o texto agora será apreciado pelo Senado. O deputado **Reginaldo Lopes (PT-MG),** que coordenou o grupo de trabalho da Câmara que analisou o tema, comemorou a aprovação da Reforma Tributária.

O parlamentar disse que estudos mostram que se a Reforma Tributária tivesse sido feita há 15 anos, cada brasileiro teria hoje, em média, R$ 460 a mais de renda por mês.

Reginaldo Lopes explica que nessa primeira etapa da reforma foi tratado apenas do imposto sobre consumo. Depois, será trabalhado o imposto sobre renda e patrimônio. "Mas, já nessa etapa os cidadãos comuns vão ganhar muito. Pois ele é mais prejudicado com o acúmulo de tributos, que gera um sistema regressivo. Costumo dizer que o governo ajuda o povo com programas sociais, como o Bolsa Família, dando aos beneficiários com mão esquerda, mas o sistema tributário atual tira com a mão direita, através dos impostos", comparou o deputado.

EQUILÍBRIO TRIBUTÁRIO

Segundo ele, para a população mais pobre, a reforma ainda propõe a criação do "cashback do povo", que "considero ser uma de suas medidas mais importantes. Com ele, os que mais precisam poderiam ter a restituição dos impostos pagos em

bens essenciais, como produtos da cesta básica".

A reforma aprovada na Câmara vai buscar o equilíbrio tributário. A realidade atual é que quem ganha mais paga menos impostos, e os mais pobres são penalizados com a alta tributação nos itens de consumo, onde investem quase a totalidade da sua renda.

SETOR PRODUTIVO

Conforme Reginaldo Lopes, "estamos dando ao País e à economia brasileira um novo sistema tributário capaz de reposicionar o Brasil nas disputas das cadeias globais de produção e de componentes. Capaz de dar ao setor produtivo brasileiro competitividade e eficiência produtiva; capaz de tirar de 8% a 20% dos custos dos produtos comercializados aqui no País que sofrem cumulatividade tributária", explicou.

Segundo o petista, essa é uma forma justa de tributação por fazer a cobrança apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção. "Esse novo modelo vai fazer a economia brasileira enfrentar as importações, que dominam o mercado brasileiro e que tiram das famílias brasileiras os empregos e a multiplicação de riqueza e renda", afirmou.

LULA COMEMORA

O parlamentar lembrou que o presidente Lula comemorou a mudança no sistema tributário, a primeira do período democrático. Apesar de a proposta de reforma contida na PEC 45/2019 não ter sido uma iniciativa do atual governo, recebeu todo apoio do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que inclusive ajudou nas negociações com empresários, trabalhadores e sociedade civil para a aprovação do texto.

TEXTO APROVADO

O texto da Reforma Tributária, aprovado na Câmara propõe, preliminarmente, entre outras medidas, a substituição de cinco tributos (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) por um Imposto sobre Valor Agregado - IVA Dual, composto por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), gerida pela União, e um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), gerido por estados e municípios. Está prevista também a implantação gradual das medidas e a criação de fundos de compensação.

Caberá ao Conselho Federativo a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços. O texto também cria fundos para compensar as perdas de entes federativos, para o desenvolvimento regional

e para o combate à pobreza.

Também fica garantida a redução de alíquotas em 60% ou 100% para vários setores, também conforme definido em lei. Entre eles estão serviços de educação, saúde, medicamentos e cultura, produtos agropecuários e transporte coletivo de passageiros.

CASHBACK DO POVO

Além dessa conquista, a reforma deve beneficiar 72 milhões de brasileiros que poderão ser beneficiados pelo Cashback do Povo, com a devolução dos impostos pagos pelos mais pobres. Com isso, a renda das famílias vai crescer acima de 17% e haverá redução de imposto para educação e transporte coletivo. O PIB deverá crescer de 12% a 20% em dez anos graças à economia com tributos. "Teremos muito mais transparência, pois o imposto pago será detalhado na nota fiscal", garante Reginaldo Lopes.

CESTA BÁSICA TERÁ ALÍQUOTA ZERO

Uma das maiores conquistas obtidas pela população com a Reforma Tributária será a implementação da tarifa zero para a cesta básica nacional. "Há um debate em torno dos produtos da cesta básica e, de fato, o Brasil não tem uma cesta básica nacional porque os produtos que pertencem à cesta básica da União com os impostos federais não coincidem com os dos 27 estados da Federação. Portanto, qual foi a decisão da Reforma Tributária? Criar uma cesta básica nacional e agora com alíquota zero", destacou.

Reginaldo Lopes informou ainda que a cesta básica nacional será criada por meio de lei complementar. "O povo brasileiro agora terá uma cesta básica nacional, que iremos regulamentar com lei complementar colocando a alíquota zero.

Não vamos misturar comida com impostos, ou seja, a comida não estará mais recheada de impostos e a consequência disso será uma comida mais barata", observou.

Ainda de acordo com o deputado, outros itens essenciais que estarão de fora dessa cesta básica nacional também terão diminuição de preços, devido à alíquota reduzida em 60% do imposto. "Materiais de higiene pessoal, limpeza e mais 1.380 produtos que não estão na cesta básica nacional terão uma alíquota reduzida de 60%, ou seja, serão cobrados 40% de imposto em todo o território nacional", detalhou.

SUPERAR DESIGUALDADES DE GÊNERO É DESAFIO

Até o início de 2023, nenhuma mulher integrava o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária. Como uma reforma formulada apenas por homens poderia superar problemas enfrentados por mulheres, especialmente as negras? Foi a pergunta que levou a deputada **Denise Pessôa (PT-RS)** a presidir a audiência pública que ocorreu no dia 21 de março para debater o recorte de gênero na Reforma Tributária.

No evento, pesquisadoras apontaram caminhos para uma reforma justa às mulheres mais pobres, a começar pela cesta básica com alíquota zero. Também foi pauta a discriminação na tributação sobre produtos relacionados ao cuidado e/ou de uso predominantemente feminino – como absorventes menstruais e pílulas anticoncepcionais. Praticamente todos os apontamentos foram levados em conta pelo GT instituído pela Secretaria da Mulher para tratar do recorte de gênero na reforma, acatados pelo relator e aprovados com ampla maioria de votos na Câmara Federal.

PRINCIPAIS PONTOS APROVADOS NA REFORMA:

- Jatinhos, jet ski e iates vão pagar IPVA

- Criação da cesta básica nacional com imposto zero

- Quem ganha menos vai receber devolução (cashback do povo)

- Menos imposto para saúde/ medicamentos, educação e transporte público

- Simplificação do imposto para micro e pequenas empresas

- Fim das isenções fiscais que beneficiam os grandes lobbies

- Imposto menor para insumos destinados a pessoas com deficiência

- Transparência, imposto detalhado na nota fiscal.

LEI DA IGUALDADE SALARIAL E VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Duas importantes conquistas foram obtidas pelas mulheres e a classe trabalhadora em geral no primeiro semestre. Uma delas, a Lei da Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens (PL 1085/23), de autoria do governo federal, já sancionada pelo presidente Lula. O texto teve como relatora a deputada federal **Jack Rocha (PT-ES)** e foi aprovado pelo Congresso Nacional praticamente por unanimidade.

A outra conquista foi marcada pela edição da medida provisória (MP 1172/2023), que elevou o salário mínimo para R$ 1.320,00, 2,8% acima, em termos reais, do valor herdado do governo anterior. A MP terá como relator o deputado **Merlong Solano (PT-PI)**. Para garantir a continuidade do aumento real, o governo Lula enviou o projeto de lei (PL 2385/23), que define a política de valorização do salário mínimo a partir de 2024.

A Lei da Igualdade Salarial, para Jack Rocha, é um passo fundamental para atingir a igualdade de direitos no mundo do trabalho e preparar o País a ter compromissos cada vez mais evidentes com o desenvolvimento social e o crescimento econômico levando-se em conta o "combate à feminização da pobreza, o racismo, a opressão sobre as mulheres, bem como todas as formas de discriminação social que resultaram em desigualdades históricas".

A lei torna obrigatória a remuneração igual para a mesma função. Prevê, em caso de constatação da desigualdade salarial e de critérios remuneratórios entre sexo, raça, etnias, idade ou origem, multa de dez vezes o salário devido à vítima da discriminação, elevada em 100% em caso de reincidência. A lei prevê ainda, entre outras mudanças, programas de capacitação e formação de mulheres para o ingresso, permanência e ascensão no mercado de trabalho em igualdade de condições com os homens.

AUMENTO REAL PARA O MÍNIMO

O deputado Merlong Solano ressalta que a classe trabalhadora brasileira tem muito o que comemorar com o governo Lula, que a colocou como prioridade central da política econômica e social. A volta da valorização do salário mínimo é um exemplo.

Em seus dois primeiros mandatos, Lula garantiu aumento real de 57% ao salário mínimo. Somando o primeiro governo Dilma, o aumento foi de 76%. Hoje, após um período sombrio, a ênfase no incremento sustentável dos salários da classe trabalhadora está de volta, rompendo a lógica neoliberal do governo anterior, que privilegiou o grande capital e os especuladores do mercado financeiro. Entre 2019 e 2022, no governo militarista passado, o salário mínimo desvalorizou 1%.

IMPACTO SOCIAL

Valorizar o salário mínimo significa impactar, direta ou indiretamente, um contingente de 54 milhões de pessoas, trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários do BPC, ou seja, 25,4% da população brasileira. Significa impactar especialmente os segmentos mais vulneráveis da população: 28,5 milhões de mulheres, 34,7 milhões de pessoas afrodescendentes, 7,7 milhões de pessoas com 70 anos ou mais, e 7,7 milhões de crianças e adolescentes.

Merlong ressalta a importância da valorização do salário mínimo, que promove justiça social e estimula as atividades produtivas. "A economia roda, o comércio vende mais, a indústria produz mais e os trabalhadores têm melhor qualidade de vida", observa o parlamentar.

ATUAÇÃO EM PLENÁRIO

BANCADA DO PT TRABALHA PARA MELHORAR A VIDA DO POVO

No primeiro semestre legislativo, a Bancada do PT na Câmara teve uma atuação forte e decisiva na aprovação de propostas essenciais para garantir ao governo Lula a retomada de políticas públicas fundamentais para melhorar a vida das brasileiras e brasileiros. Entre elas, destacam-se o novo Bolsa Família, a volta do Mais Médicos, o Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA).

São iniciativas importantes que compõem o projeto de reconstrução do Brasil, com democracia, inclusão social, geração de emprego e renda e justiça social.

MINHA CASA, MINHA VIDA VAI GARANTIR 2 MILHÕES DE MORADIAS

O maior programa habitacional do nosso País voltou com a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A meta do governo Lula é construir, até dezembro de 2026, mais de 2 milhões de casas. Além de permitir a realização do sonho da casa própria para milhões de brasileiros, o programa aquece a economia porque a construção civil é uma grande geradora de emprego no País.

A Bancada do PT votou a favor da medida provisória (MP 1162/23), que assegurou a retomada do Minha Casa, Minha Vida, que tinha sido extinto pelo governo Bolsonaro. A nova versão do programa prioriza as pessoas de baixa renda. "É uma enorme vitória do povo brasileiro a volta de um programa que prioriza a habitação popular, comemorou a deputada **Juliana Cardoso (PT-SP)**, vice-líder da bancada. Ela acrescentou que o programa é fundamental para oferecer uma oportunidade de moradia digna para quem vive em área de risco.

"A aprovação desta proposta do governo Lula representa para nós a possibilidade concreta de revertermos o déficit habitacional do País", afirmou o também vice-líder da bancada, deputado **Reimont (PT-RJ)**, que integrou a comissão mista que analisou o mérito da matéria. O direito à habitação é um direito à dignidade das pessoas e está garantido na Constituição Federal", completou.

E o vice-líder deputado **Fernando Mineiro (PT-RN)**, que também participou da comissão mista que analisou o mérito da matéria, afirmou que o MCMV é fundamental para enfrentar o déficit habitacional no Brasil e movimentar a economia através da construção civil. "Nós nos esforçamos muito, estamos juntos nesta empreitada do governo do Lula para diminuir o déficit habitacional no Brasil".

Pelo texto aprovado, haverá três faixas de renda de beneficiados. Nas áreas urbanas, a faixa 1 destina-se a famílias com renda bruta familiar mensal de até R$ 2.640; a faixa 2 vai até R$ 4,4 mil; e a faixa 3 até R$ 8 mil.

PETISTAS ARTICULAM APROVAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA

A Bancada do PT ajudou o plenário da Câmara a aprovar a medida provisória (MP 1164/23), do governo Lula, que recria o Programa Bolsa Família com o valor mínimo de R$ 600 por família. O texto permite a inclusão de adicional no valor de R$ 50 para mulheres que amamentam por até seis meses, o retorno do empréstimo consignado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ainda a facilitação de pessoas com deficiência a ingressarem no maior programa de transferência de renda do mundo.

"O Bolsa Família é um dos mais importantes programas do governo Lula para combater a fome e ajudar milhões de famílias brasileiras a superar a pobreza", afirmou o deputado **Dr. Francisco (PT-PI)**, relator da matéria. Ele explicou que o programa traz ganhos importantes, como o benefício de renda mínima, que assegura por membro da família o valor de R$ 142; o benefício complementar, que assegura um piso mínimo de R$ 600 para cada família beneficiária do Bolsa Família; a preocupação com a primeira infância, que também permite o recebimento de R$ 150 por criança de zero a 6 anos de idade; a possibilidade do chamado benefício variável, para crianças de 7 anos a adolescentes com 18 anos incompletos poderem receber R$ 50 e gestantes também ganharem o mesmo valor de R$ 50.

AUXÍLIO-GÁS

O vice-líder do governo Lula no Congresso Nacional, deputado **Carlos Zarattini (PT-SP)**, que participou das articulações para aprovação do Bolsa Família, comemorou a conquista ao destacar a importância do programa social no combate à fome. "É uma vitória extraordinária. Isso vai ajudar a colocar comida na mesa da população".

Um acordo foi construído entre os parlamentares para incluir na MP 1164/23 a renovação do programa Auxílio Gás dos Brasileiros, criado por iniciativa do deputado Zarattini em 2021, com apoio da Bancada do PT no Congresso. Hoje, mais de 5 milhões de pessoas são beneficiadas pelo programa. "Aprovamos a continuidade do auxílio gás que atende milhões de famílias brasileiras", comemorou.

INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

E o deputado **Patrus Ananias (PT-MG)**, vice-líder da bancada e que esteve à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quando o programa foi criado, durante o primeiro governo Lula, disse que a retomada do programa, de forma definitiva e aperfeiçoada, em substituição ao Auxílio Brasil, é um passo importante para o combate à fome e para a sua consolidação como política pública, somando-se a outros programas e ações. "Uma política pública sozinha e desatrelada de um projeto, como foi o Auxílio Brasil, tem resultado apenas imediato.

A integração das políticas públicas, na avaliação do deputado do PT mineiro, é um caminho que o governo Lula percorre e "é a defesa que sempre fazemos". Essas políticas, continuou, são fundamentais para possibilitar que todas as pessoas, todas as famílias tenham condições básicas para exercer os seus direitos e deveres de cidadania.

PAA AJUDOU O BRASIL SAIR DO MAPA DA FOME

Com o voto favorável do PT, a Câmara aprovou o projeto de lei (PL 2920/23), do governo Lula, que retoma o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), uma das políticas fundamentais para que o Brasil saísse do Mapa da Fome em 2012. "Esse é um programa estratégico para o País, que foi executado com sucesso nos primeiros governos Lula e no governo Dilma, e que ajudaram a tirar o Brasil do mapa da fome", afirmou o deputado **Bohn Gass (PT-RS)**.

Bohn Gass explicou que o novo PAA trabalha do ponto de vista do alimento de qualidade, "porque nós queremos comida limpa, comida boa e de qualidade, e ele acompanha quem produz o alimento — o agricultor familiar — e aquele que vai consumir". Nessa cadeia do alimento, enfatizou o deputado, "nós precisamos garantir renda para o agricultor que vende, para sua cooperativa, para sua associação, para seu trabalho, e, ao mesmo tempo, apoio para quem precisa dos programas sociais. Esse é o PAA do governo Lula", reiterou.

O deputado destacou ainda que quem estiver no programa vai estar assistido com acompanhamento técnico, com instrumentos para comercialização e para pesquisa. "Mais do que isso, além da compra com doação simultânea, há as compras públicas do programa. Então, quartéis, escolas, hospitais, asilos, presídios vão fazer essa compra e garantir a comercialização do agricultor", completou.

E o deputado **Leonardo Monteiro (PT-MG)**, vice-líder da bancada, ao defender a recriação do PAA, afirmou que o programa desempenha um papel fundamental no fortalecimento da agricultura familiar, proporcionando benefícios diretos à população. "Ao apoiar os produtores familiares, o programa não só contribui para a segurança alimentar, mas também coloca comida de qualidade na mesa das famílias em situação de vulnerabilidade".

Ele explicou ainda que o PAA é uma das iniciativas que visa garantir que a merenda escolar oferecida nas escolas públicas seja de alta qualidade, promovendo uma alimentação saudável para nossas crianças. "Ao aprovarmos o programa estamos garantindo refeições saudáveis e nutritivas para todos!", reiterou.

O PROGRAMA

O PAA é um programa que consegue, ao mesmo tempo, ajudar os pequenos agricultores a produzir e sobreviver; contribuir para a segurança alimentar da população, em especial das famílias mais vulneráveis; e impulsionar a economia de pequenos municípios (mais de 50% dos recursos vão para cidades de 10 mil a 50 mil habitantes).

O programa autoriza o governo federal a comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação. A produção é destinada a pessoas atendidas pelas políticas de assistência social e outras políticas de segurança alimentar e também à rede pública e filantrópica de ensino.

MAIS SAÚDE PARA O POVO COM O RETORNO DO MAIS MÉDICOS

A Câmara aprovou a MP 1165/23 que institui o novo Mais Médicos. O programa garante atendimento médico aos moradores das periferias, cidades do interior e às comunidades vulneráveis, como indígenas e quilombolas.

O relator-revisor da comissão que analisou a MP 1165/23, deputado **Jorge Solla (PT-BA)** disse que o novo Mais Médicos será melhor que o primeiro. "Vamos trazer para dentro do Mais Médicos o processo de revalidação (do diploma para profissionais estrangeiros). Ao final de quatro anos, é que o profissional passará pela avaliação prática do programa", explicou.

A deputada **Ana Pimentel (PT-MG)** também avaliou que o Mais Médicos voltou melhor e com maior capacidade de atender a população. "O programa amadureceu e ganhou novas dimensões que o tornam mais robusto", resumiu a parlamentar, que é médica e vice-líder do PT.

A deputada ressaltou que as mudanças feitas nessa nova versão do Mais Médicos colaboram para que o tempo de permanência dos profissionais seja maior. "Quem conhece bem a realidade do SUS sabe que um dos principais desafios é garantir profissionais médicos em todos os espaços. É um desafio histórico no Brasil", ponderou.

E o vice-líder da bancada, deputado **Dimas Gadelha (PT-RJ)** elogiou a ministra Nísia Trindade à frente do Ministério da Saúde. "Além de estruturar o Mais Médicos, o governo traz programas tão importantes para os brasileiros. O ministério vem priorizando a questão da imunização, as filas, a dignidade menstrual, programas sensíveis, agora com a Farmácia Popular e o SUS digital, e vários outros programas", citou.

O vice-líder da bancada, deputado **Kiko Celeguim (PT-SP),** ao defender a aprovação do Mais Médicos, afirmou que "o Programa reduz a mortalidade infantil e oferece atendimento à população mais pobre do País".

APROVADO PROJETO DO CARF QUE MANTÉM VOTO DE QUALIDADE

A Câmara aprovou o projeto de lei (PL 2384/23), do governo Lula, que altera o funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e mantém o voto de qualidade a favor da União quando houver empate nas decisões do conselho – tribunal administrativo que julga causas tributárias (recursos contra multas e autuações). Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia as empresas/contribuintes. O texto ainda precisa ser apreciado pelo Senado.

Ao defender a aprovação do projeto, a deputada **Erika Kokay (PT-DF)** argumentou que o projeto é importante para robustecer as políticas públicas, com justiça tributária, porque o voto de desempate da forma como funciona atualmente só beneficia os bilionários. "Em 2022, dos R$ 25,4 bilhões que resultaram em empate no Carf, mais de 80% - R$ 22,2 bilhões - correspondem a tributos devidos por apenas 26 empresas", citou.

Erika explicou ainda para que se possa recorrer ao Carf, o contribuinte tem que ter um processo com um patamar mínimo de 60 salários. "Portanto, nem todas as pessoas recorrem a esse conselho.

Há uma estimativa de que se recorre por volta de R$ 59 bilhões anualmente ao Carf. Deste montante, só 2% chegam ao voto de qualidade porque há um empate. Quando há espaço de comprovação, não há o que se discutir, comprova-se", frisou.

Além disso, continuou a deputada, se o contribuinte não tem a sua tese priorizada, ele pode recorrer à justiça. Mas o governo não pode recorrer de uma decisão favorável ao contribuinte. "Portanto, nós estamos falando aqui de grandes devedores que se perderem com o voto de qualidade, podem recorrer ao Poder Judiciário. Se o Estado perde, ele não pode recorrer", reiterou.

REDUÇÃO DE MULTAS E JUROS

O texto aprovado manteve o voto de qualidade do governo, mas incorporou parcialmente acordo realizado entre o governo federal e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre o tema, como a redução de multas e juros para o pagamento de dívidas em ações julgadas pelo Carf com desempate a favor da União.

O projeto também cria um programa de autorregularização tributária, uma espécie de renegociação de dívidas tributárias para as empresas (exceto as optantes do Simples Nacional) que confessarem os débitos.

O programa será aplicado aos créditos tributários que ainda não tenham sido lançados até a data da publicação da lei, inclusive aqueles objetos de procedimento fiscal já iniciado.

Não haverá cobrança de multas se o contribuinte reconhecer a dívida e pagar. O pagamento poderá ser realizado à vista ou em até 60 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com desconto gradual nos juros a depender do número de parcelas. O prazo de autorregularização ficará aberto por quatro meses após a publicação da lei.

Podem recorrer ao Carf contribuintes cujo valor da ação em disputa seja a partir de 60 salários mínimos (R$ 79.200).

COTAS: NOSSA PRIORIDADE É COMBATER A DISCRIMINAÇÃO, O PRECONCEITO E A EXCLUSÃO

A Bancada do PT na Câmara trabalha, em sintonia com o governo Lula, em ações que ajudam no enfrentamento da discriminação, do preconceito e da exclusão. As deputadas **Dandara Tonantzin (MG) e Carol Dartora (PR)** participam da coordenação da Frente Parlamentar Mista Antirracismo.

Dandara, que é vice-líder da bancada, também é relatora do projeto de lei (PL 5384/20), que revisa a Lei de Cotas (12.711/12), que já completou 10 anos de vigência. "Essa proposta, que deverá ser apreciada até o final do ano, é fundamental para ampliar o acesso e garantir a permanência de estudantes negros em instituições de ensino", afirmou.

A norma, de 2012, reserva 50% de matrículas em universidades e institutos federais a alunos que cursaram o ensino médio em escola pública, com renda familiar igual ou menor a 1,5 salário mínimo, e pessoas com deficiência e que se identificam como pretos, pardos ou indígenas.

FRENTE ANTIRRACISMO

Entre as prioridades da frente, destacam o combate ao racismo estrutural, ações afirmativas, mercado de trabalho, emancipação do povo negro, combate à violência política de gênero e racial, além da construção de melhores condições de vida e dignidade para as mulheres negras e criação de maiores oportunidades para a juventude negra. "A importância dessa frente é a gente avançar nas soluções legislativas. Por ela irão passar todas as políticas antirracistas nos mais diversos setores, mas especialmente no setor da educação, da política de cotas que precisa ser revisada, das discussões que vão passar por essa frente", disse a deputada Carol Dartora.

LULA SANCIONA LEIS DE AUTORIA DO DEPUTADO VICENTINHO

O presidente Lula sancionou em 2023 dois projetos de lei do deputado **Vicentinho (PT-SP)** que tratam sobre o enfrentamento ao preconceito religioso e à discriminação racial no País. Logo nos primeiros dias do atual governo, no dia 5 de janeiro, foi sancionado a Lei 14.519/23, que institui o Dia Nacional das Tradições de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. A comemoração da data será no dia 21 de março.

Já a outra iniciativa do deputado Vicentinho foi sancionada em 24 de abril. A Lei 14.553/23 altera o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), determinando a inclusão de informações sobre raça em registros de trabalhadores, nos setores público e privado. Segundo a norma, as informações devem ser usadas para subsidiar políticas públicas de promoção da igualdade racial no mercado de trabalho.

BOLSONARISTAS CRIAM CPI DO MST PARA CRIMINALIZAR MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA

Com apenas 2 meses de funcionamento, a CPI do MST já demonstrou que o seu único objetivo é tentar criminalizar os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra – especialmente o MST – e, ao mesmo tempo, enfraquecer a luta pela Reforma Agrária no Brasil. As reiteradas acusações falsas e testemunhos sem credibilidade comprovam o que parlamentares do PT – e de outros partidos de esquerda – já sabiam: a CPI serviria apenas para a maioria bolsonarista tentar se contrapor à CPMI do 8 de janeiro e fazer barulho nas redes sociais, com mentiras estapafúrdias e narrativas violentas, típicas da extrema direita.

"A CPI do MST não deveria sequer ser instalada, pois não há fato consumado que justifique sua existência. Infelizmente a maioria oposicionista da CPI do MST transformou a comissão em um palanque das forças políticas derrotadas pelo povo brasileiro nas urnas em 2022, criminalizando os movimentos de luta pelo acesso à terra e à moradia digna de forma lamentável e irresponsável", afirma o coordenador da bancada petista na CPI, deputado **Nilto Tatto (PT-SP)**.

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Sem apresentar provas, bolsonaristas no colegiado "usam e abusam" da narrativa de que o MST e os movimentos sociais empregam a "violência como método de ocupação de terra". Em contraponto ao discurso de que militantes utilizam "armas" como "foice e facão", petistas tentaram aprovar na CPI um requerimento pedindo informações ao Ministério da Justiça sobre a identidade de moradores do campo que possuem armas de fogo. "Quem tá armado no campo, até com fuzil?", indagam os petistas.

O que trabalhadores rurais têm é a foice e o facão para roçar o mato e trabalhar. Essa informação é muito importante para o povo brasileiro", alertou o deputado **Padre João (PT-MG)**. Apesar do apelo, os deputados bolsonaristas impediram a aprovação do pedido, pois sabem que são os ruralistas que andam armados.

ILEGALIDADES DA CPI

Talvez, a maior ilegalidade cometida até agora tenha sido a diligência de vários integrantes da CPI, apenas Nilto Tatto representou o PT, a um acampamento da Frente Nacional de Luta (FNL), no Pontal do Paranapanema (SP). Comandada pelo presidente da CPI, deputado tenente-coronel Zucco (Republicanos-RS) e o relator, deputado Ricardo Salles (PL-SP), a ação culminou com a invasão e fotos tiradas dentro de várias residências, violadas sem autorização de seus donos. Alertados sobre a ilegalidade pelo deputado Nilto Tatto, o relator chegou a dizer que os barracos "não eram residências".

NOTÍCIA-CRIME

Essa ação motivou uma notícia-crime impetrada por parlamentares do PT, PCdoB, PSOL e PSB no STF contra deputados bolsonaristas presentes na diligência. Eles foram acusados da prática dos crimes de violação de domicílio, ameaça, constrangimento ilegal e abuso de autoridade.

A maioria bolsonarista na CPI também tem agido com autoritarismo em relação à aprovação de requerimentos de convocação de pessoas para depor no colegiado. Ignorando acordo de procedimento combinado no início da CPI, a maioria rejeitou o convite e aprovou a convocação do economista e integrante da Direção Nacional do MST João Pedro Stédile, e do líder da Frente Nacional de Lutas (FNL), José Rainha, para prestar esclarecimentos ao colegiado.

Apesar de protestar sobre a forma como foi votado o requerimento, o deputado **Valmir Assunção (PT-BA)** ressaltou na ocasião que o MST não teme a vinda de qualquer liderança do movimento à CPI. "No início dessa CPI a regra era que todos seriam convidados. No entanto, nós queremos que o Stédile esteja aqui para mostrar a importância da Reforma Agrária", sustentou.

Outro requerimento questionado aprovado pelos bolsonaristas é o que requisita informações sigilosas sobre pessoas físicas e jurídicas investigadas em CPI's passadas (do Incra/2005, da Funai/2009, MST/2016 e da Reforma Agrária/2017). Além de ferir o Regimento Interno da Câmara, já existe jurisprudência do STF sobre a ilegalidade desse pedido.

CONVIDADA DESMASCARADA

O ápice da narrativa de criminalização da luta pela terra veio com o depoimento de Nelcilene Reis. Acompanhada do marido, os ex-integrantes do MST desferiram uma série de acusações – sem provas - contra o movimento. No entanto, a "coragem" acabou quando o deputado **Marcon (PT-RS)** perguntou a Nelcilene sobre os processos que o marido dela respondia na Justiça. A depoente se negou a responder.

Logo após a inquirição do petista, o presidente do colegiado perguntou a Nelcilene se ela e seu marido desejavam ir embora. Com a resposta afirmativa, Zucco dispensou os dois alegando que eles estariam "incomodados com o tom das perguntas". Parlamentares de esquerda protestaram porque não tiveram o direito de fazer perguntas.

Foi o caso da presidenta nacional do PT e integrante da CPI, deputada **Gleisi Hoffmann (PR)**, que desmascarou a farsa do depoimento.

A petista lembrou que, no mesmo acampamento que já foi do MST – que Nelcilene disse trabalhar em um mercadinho sem receber salário - agora a depoente explora outro mercadinho que também funciona como bar. "Outra mentira (dita por Nelcilene) é de que eles não possuem condenação e processo criminal. O seu Ivan já foi condenado, em outubro de 2022, a dois meses de detenção e multa por ter ameaçado João Alves da Silva, um dos acampados, com uma faca. Outro

processo foi de agressão a Vagner Sousa Galvão, sua esposa e a filha de 11 anos", provou sobre outro morador do atual acampamento.

Já o deputado **João Daniel (PT-SE)** disse que ficou explícita a tática dos deputados bolsonaristas de usarem falsas testemunhas para tentar incriminar o movimento sem-terra. "Eu fico triste com o constrangimento em trazer essa senhora, dona Nelcilene e Ivan aqui. Ela foi usada, como na escravidão foram usados trabalhadores para acusarem outros. Esses dois serão depois abandonados por essa CPI", lamentou.

LATIFUNDIÁRIO CONTRA O MST

A maioria bolsonarista na CPI também se valeu do convite ao governador de Goiás, Ronaldo Caiado, para atacar o MST. O ex-dirigente da UDR (União Democrática Ruralista), entidade ligada ao latifúndio e adversária histórica do MST, afirmou – sem apresentar prova – que acampamentos do MST em seu estado foram usados para esconder drogas.

Apesar de afiado nas acusações, Caiado não respondeu a perguntas sobre seus parentes flagrados na "lista suja" do trabalho escravo.

No entanto, se irritou quando foi questionado acerca de doações eleitorais recebidas de um empresário acusado pela CPI do Narcotráfico (1999) de fornecer insumos para o refino de cocaína e também de Carlinhos Cachoeira, acusado na época de ser o maior "banqueiro" do jogo do bicho em Goiás.

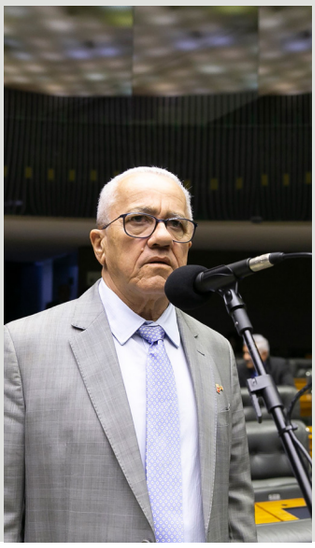
Ao se dirigir a Caiado, o deputado **Paulão (PT-AL)** cobrou responsabilidade do político. "Governador, o senhor foi infeliz ao dizer que o MST é uma organização criminosa. O senhor mesmo já disse aqui que não se pode generalizar. Aqui foi feito menção sobre a contribuição (eleitoral) de um empresário acusado de envolvimento com drogas, e nem por isso se fez nexo causal do senhor com o tráfico, e nem com o jogo do bicho, por ter recebido doação de Carlinhos Cachoeira", apontou.

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Apesar dos ataques, a CPI também tem servido de palco para a defesa da luta pela democratização da terra. Durante uma audiência pública, o professor e ex-reitor da UnB (Universidade de Brasília), José Geraldo de Sousa Júnior, ressaltou a importância do MST na luta pela Reforma Agrária e defendeu que o método da ocupação de terra para forçar o Estado a fazer a Reforma Agrária é legítimo.

Em outro momento, mesmo deputados bolsonaristas puderam conhecer produtos comercializados pelo MST e produzidos em assentamentos. A deputada **Camila Jara (PT-MS),** por exemplo, chegou a distribuir suco de uva aos parlamentares da CPI. O relator Ricardo Salles confessou que o produto era "muito bom".

Recentemente, o vice-líder do Governo na Câmara **Alencar Santana (PT-SP)** e o deputado **Josias Gomes (PT-BA)** também começaram a fazer parte da Bancada do PT na CPI.



8 DE JANEIRO: BOLSONARISTAS AGIRAM CONTRA A DEMOCRACIA

O 8 de janeiro de 2023 entra para a história como uma das datas mais abomináveis de atentado à democracia brasileira. O mundo assistiu estarrecido terroristas bolsonaristas que invadiram e depredaram os prédios do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, em Brasília. Desde então, centenas de autointitulados patriotas foram presos e estão sendo julgados por crimes contra o patrimônio público e ao Estado Democrático de Direito.

O Congresso Nacional instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os responsáveis por terem tramado, estimulado e financiado o terrorismo e a destruição contra as sedes dos Três Poderes. O Partido dos Trabalhadores conta na CPMI com um time de quatro parlamentares federais **Rubens Pereira Jr (MA)**, **Rogério Correia (MG)**, **Adriana Accorsi (GO)** e **Carlos Veras (PE)**.

O mais aguardado para ser ouvido, o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid preferiu ficar em silêncio em sua oitiva na comissão, no dia 11 de julho. Para os petistas, o tenente-coronel "envergonha o Exército Brasileiro", ao mesmo tempo em que perdeu a oportunidade de se defender.

Rubens Pereira Jr, alertou ao militar golpista que ele foi abandonado pelo ex-presidente Bolsonaro. "O senhor já foi abandonado – o senhor está sozinho agora. O que de fato está acontecendo é o que disse o ex-presidente Bolsonaro no dia 18 de maio de 2023: 'Cada um siga a sua vida agora'. O senhor segue assumindo todas as culpas e as responsabilidades para não se defender, escondendo, quando o senhor poderia estar contribuindo", sugeriu.

O militar está preso desde maio de 2023, apontado como um dos responsáveis pelo esquema de fraude em cartões de vacinação da sua família e de pessoas próximas a Bolsonaro. Após a prisão, foram encontrados no celular de Cid uma minuta e mensagens propondo um golpe contra a democracia brasileira.

AUDIÊNCIAS/DEPOIMENTOS

Até agora as versões apresentadas pelos golpistas não convenceram os integrantes da comissão, nem mesmo a oposição bolsonarista. "A estória (sem H) contada pelos bolsonaristas não pegou. A realidade materializada nos fatos demonstra que houve uma ruptura golpista na invasão das sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro. E pior, com o desenrolar da CPMI do Golpe podemos observar que a trama é muito maior e envolve várias personalidades ligadas ao bolsonarismo que se utilizaram do Estado para atacar a democracia e a vontade da população expressa nas urnas", afirma o deputado Rogério Correia.

Para o deputado Rubens Pereira Jr, coordenador da Bancada do PT na CPMI, a co-

Marcelo Camargo/ABr

missão mostra todos os eventos que aconteceram desde o segundo turno das eleições e como as ações tentavam impedir o presidente Lula de assumir o governo. "Pelos depoimentos e documentos que tivemos acesso até agora, está claro que havia o interesse deliberado de deslegitimar os resultados da eleição, causar o terror com o atentado à bomba em Brasília e o ataque à Polícia Federal e, por fim, o ataque às sedes dos poderes da República. Tudo isso está interligado e foi planejado, ao que parece, por uma série de núcleos bolsonaristas".

Rubens explicou que as oitivas são uma das ferramentas de obtenção de informações e corresponde a apenas 1/3 dos requerimentos aprovados, e que boa parte das investigações serão aprofundadas com os documentos solicitados e com o acesso aos inquéritos que correm em outros órgãos e Poderes.

OPOSIÇÃO

"A oposição tenta construir uma narrativa descolada da realidade, em que os ataques teriam acontecido de forma isolada de todo o processo de ataque à democracia visto nos últimos anos. O objetivo é tentar espalhar mais mentiras e tentar culpar quem na verdade foi vítima. Os terroristas que depredaram o patrimônio público em Brasília não agiram sozinhos, foram patrocinados financeiramente e incentivados por anos de discurso de ódio. Os extremistas serão responsabilizados", assegurou o deputado Carlos Veras.

Os parlamentares destacaram que a oposição bolsonarista está "angustiada" e que em vez de inquirir as testemunhas, busca defendê-las. Também lembraram que dois membros da comissão são investigados no STF por participarem da tentativa de golpe. "É inviável que se permita o acesso privilegiado de investigados aos inquéritos que correm em segredo de justiça no STF, especialmente porque eles podem atrapalhar as investigações e gerar provas falsas para tumultuar o inquérito", disse o deputado Rubens.

Ele completou dizendo que tem "tranquilidade" que as investigações serão prósperas. "A CPMI não começou do zero e partiu de uma série de outras investigações e, certamente, vai chegar a quem arquitetou essa tentativa de romper o regime democrático. Não haverá anistia para ninguém", garantiu Rubens Pereira Jr.

PRF

Silvinei Vasques foi o primeiro a ser ouvido pela comissão. Na ocasião, os deputados acusaram o ex-diretor-geral da PRF de mentir durante o depoimento na CPMI. O bolsonarista se contradisse sobre os processos administrativos e penais que está respondendo no âmbito da PRF e sobre as operações de policiais do órgão no Nordeste durante o segundo turno das eleições, no ano passado.

Após o resultado das eleições, eleitores bolsonaristas bloquearam diversas estradas pelo Brasil. Os parlamentares questionaram o porquê da PRF não ter desmobilizado essas manifestações, se até torcidas organizadas conseguiram fazê-los [referindo-se às organizadas do Corinthians e do Atlético Mineiro].

Para Rubens Pereira Jr. nesse dia se iniciou a tentativa de golpe contra a democracia brasileira que culminou no 8 de janeiro. "Ali se iniciou o golpe do dia 8 de janeiro, ali era para ter sido cortado o mal pela raiz, era para ter sido executada a desobstrução de todas as BRs e coibido esse movimento antidemocrático. Não foi executado e causou o que causou. Chegaram a dizer: 'foram pacíficos esses fechamentos de estrada'. Não foram, pelo contrário, teve corpo mole por parte da PRF, infelizmente".

BOMBA NO AEROPORTO

No mesmo dia em que os policiais civis contaram aos parlamentares como se deu a investigação da bomba no aeroporto, George Washington – que tentou explodir um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília, na véspera do Natal do ano passado – foi interrogado pelos deputados. Ele já foi condenado pela tentativa do atentado.

Ao depor à polícia, Washington confessou que sua ida a Brasília teve como propósito participar dos protestos que ocorreram em frente ao QG e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo. Durante a oitiva no Congresso Nacional ele ficou em silêncio.

Mas para Rubens Pereira Jr, o que ficou claro com a divulgação de seu depoimento para a polícia é que ele foi motivado e inspirado pelo discurso golpista de Jair Bolsonaro. "A gente percebe, então, qual era o motivo da tentativa de golpe, da tentativa de colocar uma bomba no aeroporto de Brasília, inspirada pelo ex-presidente Bolsonaro, querendo criar o caos social e político em nosso País para dar um golpe de Estado e impedir que o presidente Lula assumisse em 1º de janeiro. Esses são os motivos desse crime. Isso tudo consta nos autos e é confirmado pelo delegado que procedeu essa investigação", ressaltou o deputado.

PEDIDO DE GOLPE

O coronel Jean Lawand Junior foi o interrogado pela comissão por ter incentivado um golpe de Estado em mensagens trocadas com o ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Ele negou, mas Rogério Correia acusou o coronel de mentir.

Até a oposição bolsonarista reconheceu que o coronel tentou criar uma narrativa falsa. Nas conversas encontradas no celular de Cid pela Polícia Federal, Lawand pedia ao tenente-coronel que ele convencesse o ex-presidente Jair Bolsonaro a dar um golpe de Estado.

"O senhor está mentindo. E eu vou provar que o senhor está mentindo. O senhor é um mentiroso, coronel. O senhor não está tergiversando, não. O senhor está mentindo", fulminou o deputado Rogério Correia. Para o deputado mineiro, Jean Lawand deveria sair preso por mentir na comissão.

PRÓXIMOS DEPOENTES

Para o segundo semestre, a comissão quer ouvir o ex-secretário de segurança pública do DF e ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro Anderson Torres; o ex-ministro da Defesa e da Casa Civil de Bolsonaro Braga Netto; e do ex-ministro-chefe do GSI na gestão Bolsonaro Augusto Heleno.

A comissão aprovou mais de 200 requerimentos para investigar os responsáveis pelo fatídico dia 8 de janeiro. "O caminho da CPMI é um só e vai coincidir com o do TSE: Bolsonaro e sua turma pagarão pelos crimes que cometeram contra o Brasil", espera Rogério Correia.

Para a deputada Adriana Accorsi, a CPMI do Golpe tem a missão de dar uma resposta à população brasileira, que teve a sua escolha colocada em risco por "criminosos desde o final do ano passado". "Nosso trabalho tem sido para estabelecer uma investigação rigorosa para identificar não só os envolvidos, mas os organizadores e financiadores da tentativa de golpe", assegurou a delegada.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

UNIDADE E FIRMEZA DA BANCADA DO PT NA DEFESA DO GOVERNO LULA

Os seis primeiros meses do governo Lula, no âmbito do Congresso Nacional, foram marcados pela atuação firme da Bancada do PT visando garantir a governabilidade e a retomada das transformações que o País precisa. Com unidade, apoiou os programas de combate à fome, preservação do meio ambiente e valorização do salário mínimo, bem como a volta do Bolsa Família, do Mais Médicos e do Minha Casa, Minha Vida, incentivo a políticas de vacinação, educação e apoio à agricultura familiar, entre tantos outros avanços.

No primeiro ano da 57ª legislatura da Câmara dos Deputados, sob a liderança do deputado **Zeca Dirceu (PR)**, a Bancada do PT na Casa conta com 68 parlamentares, dos quais 18 são mulheres – a maior bancada feminina. Da Bancada, participam 13 negras e negros e uma indígena.

Uma das primeiras ações da nova bancada foi participar da reinauguração do gabinete da Liderança do PT, destruída pelos terroristas bolsonaristas na tentativa de golpe de 8 de janeiro. A cerimônia contou com a presença de ex-líderes, novos e antigos parlamentares e dos trabalhadores do partido na Casa. A reinauguração da Liderança evidenciou que o PT não se curva aos setores saudosos da ditadura e contrários à melhoria de qualidade de vida do povo brasileiro.

MESA DIRETORA E COMISSÕES

Após os parlamentares tomarem posse, em 1º de fevereiro, o PT garantiu espaço na Mesa Diretora da Câmara. A deputada **Maria do Rosário (PT-RS)** foi eleita com 371 votos para comandar a 2ª Secretaria da Câmara dos Deputados no biênio 2023/2024.

O PT também comanda quatro comissões da Câmara dos Deputados: **Rui Falcão (PT-SP)** preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; **Luizianne Lins (PT-CE)** a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; **Airton Faleiro (PT-PA)** a Comissão de Trabalho, e **Paulo Guedes (PT-MG)** a Comissão de Finanças e Tributação.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA

No primeiro semestre, a bancada petista trabalhou com afinco. Foram apresentadas 294 proposições legislativas, além de centenas de requerimentos diversos relacionados a audiências públicas, criação de frentes parlamentares, pedidos de informações e ações no Ministério Público e no Supremo Tribunal Federal referentes, especialmente, a golpistas bolsonaristas e integrantes da famigerada Lava Jato.

EM DEFESA DAS FAVELAS

Em junho, o Congresso Nacional lançou a Frente Parlamentar em Defesa das Favelas e Respeito à Cidadania dos seus Moradores. A criação da Frente é uma iniciativa que partiu de entidades ligadas às comunidades brasileiras, como a Cufa (Central Única das Favelas) e a Frente Nacional Antirracista.

O presidente da Frente é o deputado **Washington Quaquá (PT-RJ),** para quem as comunidades precisam ser valorizadas e vistas como uma potência do País. "A favela não pode ser vista pela política só como um manancial de votos. A favela tem que ser um local que a política vai lá, instala política pública e transforma a vida do povo brasileiro", afirmou.

PARLASUL CRIA COMISSÃO PARA MONITORAR ACORDO MERCOSUL/UE

Por sugestão do deputado **Arlindo Chinaglia (PT-SP)**, o Parlamento do Mercosul (Parlasul) criou, em dezembro de 2022, uma comissão especial para acompanhar as negociações relativas ao acordo comercial entre o bloco do Cone Sul e a União Europeia.

A Comissão, presidida por Chinaglia e integrada por parlamentares dos quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), estabeleceu um plano de trabalho para 2023, o qual prevê seminários internacionais, audiências públicas e reuniões com os governos dos países do bloco.

As negociações entre Mercosul e UE já duram mais de vinte anos. Em 2019, foi firmado um acordo comercial entre ambos os blocos, que detêm ao redor de 25% do PIB mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. O acordo, ainda não ratificado pelas partes, abarca tanto questões tarifárias e regulatórias, como serviços, compras governamentais, facilitação de comércio, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias e propriedade intelectual.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Entretanto, em março, a UE divulgou uma carta adicional ao acordo sem consultar o Mercosul. Chinaglia, numa reunião em Bruxelas, denunciou o documento como prejudicial ao bloco do Cone Sul. Em seguida, o governo Lula estabeleceu uma série de questionamentos sobre o acordo, que está em fase de revisão. Um dos pontos questionados é o artigo que trata de compras governamentais, que prevê o mesmo tratamento para empresas brasileiras e europeias em licitações públicas conduzidas pela União, estados e municípios. Outro senão é a ameaça de sanções europeias por questões ambientais e termos desiguais no acordo que levariam o Brasil a ser apenas um exportador de matérias-primas.

LIDERANÇA DO GOVERNO: SEIS MESES DE RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

O líder do Governo na Câmara, deputado **José Guimarães (PT-CE)**, destacou que os primeiros seis meses de atuação da Liderança no Parlamento, foram marcados por iniciativas legislativas e políticas em defesa do governo Lula e da democracia.

Guimarães cita como exemplo a aprovação do regime fiscal sustentável, da Reforma Tributária e do Carf como momentos marcantes da articulação Câmara/Governo, da qual o ministro Fernando Haddad (Fazenda), teve participação destacada. A aprovação das matérias extrapolou o limite da base do governo e obteve votos até da oposição.

O líder governista observa que o governo Lula encerra o semestre com o Brasil reposicionado no cenário geopolítico internacional como nação soberana. "Lula assinou acordos comerciais, tecnológicos e de investimentos com a China, sua principal parceira, e ainda articula a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia".

BRASIL NO MUNDO

No terceiro governo de Lula, o presidente leva em suas viagens oficiais a pauta de erradicação da pobreza, de defesa do meio ambiente e da paz, aos mais importantes fóruns internacionais. "Lula reconstrói e amplia programas sociais e políticas públicas com investimentos prioritários em ações emergenciais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Auxílio Gás, Farmácia Popular, e outras medidas permanentes", exemplifica Guimarães.

ARTICULAÇÃO EM 2022

Ainda em 2022, num momento delicado da conjuntura política pós-eleitoral, foi aprovada a PEC da transição, que permitiu ao novo governo aumentar em R$ 145 bilhões o teto de gastos no Orçamento de 2023, para custear despesas no atendimento da população em situação de vulnerabilidade e na reconstrução de programas e políticas públicas.

Na Câmara, o trabalho de articulação política da Liderança do Governo resultou no total de 82 matérias aprovadas, sendo 21 medidas provisórias (17 do governo anterior); a Medida Provisória dos combustíveis; 6 projetos com urgência constitucional; projeto de lei Complementar que instituiu o Regime Fiscal Sustentável; o projeto de Reforma Tributária; o projeto de lei do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; projeto de lei do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; aprovação de 17 projetos de decreto legislativo de acordos internacionais, além de requerimentos diversos e muitas outras matéria que tramitam nas comissões técnicas da Câmara.

Para o líder Guimarães, "esse é o resultado de seis meses de diálogo e de trabalho na construção democrática da base do governo na Câmara, que soma ao esforço do presidente Lula e da sua equipe ministerial no projeto de reconstrução do País e de desenvolvimento sustentável".

PT NAS SECRETARIAS E MESA

NOVA GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER

A Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados celebra, neste ano, dez anos de atividade. Já a sua nova gestão, eleita em maio para o biênio 2023-2025, completa dois meses.

Eleita coordenadora da Bancada Feminina, a deputada **Benedita da Silva (PT-RJ)** destacou que em apenas 60 dias foram debatidos aspectos essenciais ao trabalho das parlamentares, como a garantia de representação e o aumento da participação das mulheres nos espaços políticos e de poder.

Além disso, a aprovação de proposições e a sanção de leis que atendem aos interesses das mulheres, a partir da articulação ou da autoria das deputadas, também merecem destaque.

A Bancada Feminina aprovou projeto que cria o Dia Nacional de Combate ao Estupro; o projeto de lei que estabelece medidas protetivas de urgência para pessoas idosas e com deficiência que tenham sofrido violência; e requerimento para apreciação do PL que cria o protocolo "Não é Não" de atendimento à mulher vítima de violência sexual ou assédio em discotecas ou estabelecimentos noturnos, eventos festivos, bares e restaurantes.

Para o próximo semestre, através de grupos de trabalho, a Secretaria da Mulher vai apresentar propostas voltadas ao combate ao racismo, desigualdades de gênero, licença-paternidade e Reforma Tributária na perspectiva de gênero.

INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA: MARCAS DA SECOM

Democratizar as informações no âmbito do Legislativo é uma das principais pautas que o deputado federal **Jilmar Tatto (PT-SP)** assumiu, em março, quando passou a ocupar o cargo de Secretário de Comunicação Social da Câmara dos Deputados.

Tatto trabalha para dar visibilidade ao trabalho de parlamentares, dentro e fora da Câmara, assim como aumentar a participação da sociedade na discussão de temas de interesse do Brasil.

"A Câmara discute assuntos que são do interesse do povo, e a Secom é o instrumento que leva esse debate até a casa das pessoas. Precisamos potencializar os canais institucionais que são democráticos", afirmou o parlamentar paulista.

O secretário trouxe mudanças e a reorganização das equipes de Comunicação possibilitando readequação das equipes técnicas terceirizadas da Secom, que foram alvo de demissões e redução salarial nos últimos anos. Além disso, houve a retomada da gravação de entrevistas e programas presenciais com deputados no estúdio da TV Câmara, como o Câmara Debate, por exemplo.

TV ABERTA

Tatto destacou que muitos municípios ainda não têm sinal da TV Câmara e o seu esforço passa, também, em alcançar esses lares.

Para isso, o secretário articulou junto ao Ministério das Comunicações e Anatel para destravar a consignação de canais de TV aberta para a transmissão nacional gratuita da TV Câmara em conjunto com as emissoras de câmaras municipais, assembleias estaduais e Senado Federal.

SEGUNDA SECRETARIA DA MESA SINTONIZADA COM A CONSTITUIÇÃO

A segunda secretária da Mesa Diretora, deputada **Maria do Rosário (PT-RS)**, avalia como positivo o primeiro semestre da nova legislatura. Além da aprovação de pautas importantes para garantir a reconstrução nacional, ela assinala a conquista histórica da vitória do presidente Lula em 2022, "para trazer de volta a oportunidade de viver um novo momento no Brasil".

Representando a Frente Brasil da Esperança e a Bancada do PT, a deputada foi eleita para a Segunda Secretaria da Mesa Diretora da Câmara, lugar de muito trabalho sintonizado com a política a serviço da Constituição. "A vida política do Legislativo, sua valorização, assim como a harmonia na relação entre Governo Lula e Câmara são nossas prioridades", afirma a parlamentar.

Maria do Rosário diz que nos últimos meses a secretaria trabalhou incansavelmente para garantir avanços importantes para o País. "Conquistas significativas são o arcabouço fiscal e, com ele, o fim do teto de gastos, e a aprovação da Reforma Tributária para promover justiça fiscal", comenta. Além disso, ela aponta que a aprovação do PL do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) fortaleceu mecanismos de combate à sonegação, garantindo maior transparência e eficiência ao processo.

Rosário acrescenta que a intensa articulação política e o bom diálogo mantido com a maioria da Câmara contribuiu ainda para aprovação da Lei da Igualdade Salarial, "com a brilhante relatoria da deputada **Jack Rocha (PT-ES)**, do Programa de Aquisição de Alimentos e de várias outras importantes matérias para as quais a Segunda Secretaria teve importante atuação no âmbito da Mesa Diretora". A deputada lembra que também contribuiu na articulação que levou à eleição de **Benedita da Silva (PT-RJ)** para comandar a Secretaria da Mulher da Câmara.

VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO

Outro importante projeto aprovado é o PL 976/22, de autoria da deputada, que institui pensão especial a ser paga a crianças e adolescentes órfãos de mães que foram vítimas de feminicídio. Segundo Rosário, continua o trabalho para aprovar o projeto "com rapidez no Senado, amparando famílias e garantindo um futuro mais seguro e digno para essas crianças que tanto já sofreram".

A parlamentar gaúcha destaca que no comando da segunda secretaria também outorgou premiações da Câmara a brasileiras e brasileiros em reconhecimento ao seu papel em diferentes áreas. "Até o momento, foram duas grandes premiações que contemplaram mulheres que se destacam na Ciência e entidades referência na promoção do acesso e qualificação dos serviços de Saúde da Mulher. Ainda há 5 premiações a serem realizadas", informa.

Neste ano, quando se completam 35 anos da Constituição, caberá à Segunda Secretaria organizar as atividades de comemoração da data. Segundo Rosário, "há muito trabalho a ser feito" para comemorar a Constituição Cidadã de 1988.

SECRETARIA PROMOVE DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

À frente da Secretaria da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude em Brasília, a atuação da deputada federal e vice-líder do governo **Ana Paula Lima (PT-SC)** tem defendido crianças, adolescentes e jovens.

A secretária propôs a criação do Dia Nacional da Paz nas Escolas e criou projeto para proibir publicidade de armas em transporte escolar. "Trabalhamos na garantia de segurança e bem-estar dos estudantes", ressalta a parlamentar.

A Secretaria da Infância, Adolescência e Juventude também participou de importantes sessões solenes no amparo dos direitos fundamentais da infância, como a sessão em homenagem aos 33 anos do ECA, contra o trabalho infantil e no combate à exploração sexual infantil.

Junto ao governo federal apresentou medidas fundamentais para proteção da infância como a recriação da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, criação de Centros Integrados de Escuta Protegida, para atender vítimas de violência, com investimento de R$ 2,5 milhões e aprimoramento do Disque 100. Lançou o programa Mapear 2.0, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.

A secretária Ana Paula destaca que o trabalho é contínuo. "Continuarei promovendo ações que garantam um futuro seguro e saudável para crianças e adolescentes do nosso País", frisa a deputada.

PROJETO DO GOVERNO LULA FORTALECE O ENSINO EM TEMPO INTEGRAL

Com o voto favorável da Bancada do PT, a Câmara aprovou o projeto de lei (PL 2617/23), do governo Lula, que cria o Programa Escola em Tempo Integral, para fomentar a abertura de novas matrículas na educação básica com essa carga horária. O programa vai oferecer 1 milhão de vagas e investirá cerca de R$ 4 bilhões – R$ 2 bilhões para 2023 e R$ 2 bilhões para 2024.

O deputado **Pedro Uczai (SC)**, coordenador do Núcleo de Educação do PT no Congresso, destacou que o ministro Camilo Santana e o presidente Lula apresentam um "projeto de futuro, de educação em tempo integral, de educação para nossos jovens, nossos adolescentes e nossas crianças. É assim que se projeta o futuro", afirmou.

O próximo passo, segundo Uczai, é a criação de uma bolsa de estudos permanência. " Ela será um incentivo para o jovem não desistir de estudar, porque se não tiver uma bolsa será difícil para muitos jovens permanecer o dia todo na escola", argumentou.

Pelo texto, aprovado também pelo Senado, será admitido o uso dos recursos destinados ao programa para fomentar as matrículas no ensino médio em tempo integral articulado à educação técnica. E criação de matrículas novas por meio desse programa deverá ocorrer obrigatoriamente em escolas com propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e às constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

PT NO COMANDO DE COMISSÕES

CCJ ATUA COMPROMETIDA COM O INTERESSE PÚBLICO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados encerra o primeiro semestre com 360 proposições analisadas. Foram 349 projetos de lei aprovados e 11 rejeitados. Para o presidente do colegiado, deputado **Rui Falcão (PT-SP)**, os parlamentares trabalharam muito para entregar resultado quantitativo e qualitativo à população brasileira.

"Apesar de os desafios inerentes ao processo legislativo e das divergências naturais entre os parlamentares, a Comissão atuou de forma diligente e comprometida com o interesse público", avalia Rui Falcão.

Dentre as principais atividades e resultados alcançados pela CCJ neste semestre, destacam-se: 360 propostas legislativas aprovadas entre elas propostas de emenda à constituição (PECs), projetos de lei (PL), projetos de decreto legislativo (PDL) e projetos de lei complementar (PLP), além de 127 redações finais e ainda 11 requerimentos.

Atualmente, há 4.240 propostas em tramitação, das quais 1.533 tiveram relatoria designada pelo presidente e 756 aguardam apresentação de parecer pelos relatores. Somando as proposições que tramitam em conjunto, há um total de 9.403 proposições no colegiado. Responsável por examinar a constitucionalidade, legalidade e juridicidade de todas as proposições legislativas que tramitam na Casa, a CCJ é uma das comissões mais importantes e é a maior do Congresso Nacional composta por 132 parlamentares, sendo 66 titulares e 66 suplentes.

UM NOVO TEMPO NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Em 2023, a deputada **Luizianne Lins (PT-CE)** foi eleita presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial (CDHMIR) da Câmara. Nesse primeiro semestre, foram debatidas pautas fundamentais para a área como combate ao trabalho escravizado; as lutas contra a LGBTfobia e contra o racismo; educação em direitos humanos; e demandas da Comissão Nacional da Verdade, que apura crimes da ditadura militar.

Tendo em vista requerimento da deputada, a CDHMIR realizou audiência pública para debater o projeto de lei (PL 7292/2017), de sua autoria, que qualifica, no Código Penal, o LGBTcídio como crime hediondo. Outro requerimento de destaque de Luizianne, em 2023, é o de nº 89, que solicita realização de audiência pública para discutir crimes de racismo em estabelecimentos comerciais. A presidente realizou ainda na CDHMIR, conforme requerimentos de sua autoria, audiência para debater ações com objetivo de prevenir a ocorrência de episódios de violência nas escolas.

LUTA DO POVO

Em 2023, até agora, foram apresentados 138 requerimentos na CDHMIR, sendo 24 de autoria da deputada Luizianne Lins. "Depois de tempos difíceis, é o momento de o Brasil se reencontrar com o que há de melhor nos corações do nosso povo. É tempo de se reencontrar no respeito à diversidade e o acolhimento a todos os seres humanos que sofrem neste país. É uma honra assumir a Comissão de Direitos Humanos neste momento. Com muita dedicação, faremos deste colegiado uma referência na luta do nosso povo e desta Casa", afirma a presidente da CDHMIR.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO TRABALHA COM FOCO NO BRASIL

A Comissão de Finanças e Tributação na Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado **Paulo Guedes (PT-MG),** pauta o seu trabalho por assuntos de interesse da população brasileira.

À frente da CFT, Paulo Guedes conseguiu através da união com outras comissões (Desenvolvimento Econômico; e de Fiscalização Financeira e Controle) promover audiência pública com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em que se debateu sobre o arcabouço fiscal, a taxa de juros, gastos sociais e redução nos preços dos combustíveis. "O foco é o Brasil", assegura Guedes.

Com as mesmas comissões, Guedes recebeu na CFT a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que abordou seu plano de trabalho frente ao ministério, como a queda da taxa de juros e os investimentos com a área social.

Crer no futuro do País é uma pauta constante da CFT. O presidente realizou também uma audiência pública sobre a exploração de lítio no Vale do Jequitinhonha (MG) que pode vir a ser uma das maiores reservas do mundo. "O propósito é que o Brasil possa investir em pesquisa e indústria para se posicionar na produção de novas energias e redução das desigualdades", destacou o presidente da CFT.

ENERGIA LIMPA

Para o deputado Paulo Guedes, o foco da comissão é o Brasil. "Estamos diante da oportunidade de fazer diferente, podemos gerar emprego e renda sem derrubar uma única árvore da Amazônia, com energia limpa. Podemos implementar políticas sociais relevantes para o País, buscando equilíbrio entre o social e o orçamento fiscal. E reforço o que disse o ministro Haddad: Precisamos de um impulso de crédito que só vai ser conseguido com a redução da taxa de juros", finaliza.

COMISSÃO DE TRABALHO PAUTA PROJETOS DE INTERESSE SOCIAL

Presidida pelo petista **Airton Faleiro (PA),** a comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTRAB) realizou, no primeiro semestre, importantes eventos, como a visita do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, à Comissão, para falar do plano de ação do governo federal para o tema, e a moção de desagravo ao jogador Vinícius Júnior, pelos atos racistas sofridos na Espanha enquanto exercia sua profissão.

Também foram aprovadas matérias que dialogam diretamente com as trabalhadoras e trabalhadores do País, como o projeto de lei (PL) que obriga a empresa a comunicar doença que exige quarentena; ou o PL que constitui abono de falta de empregado por quebra de prótese ortopédica; ou ainda o projeto que torna obrigatória a afixação, em estabelecimentos públicos e privados destinados ao atendimento de usuários e consumidores, de placa com alerta sobre infrações e crimes em razão de práticas discriminatórias previstas no Estatuto do Idoso.

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados é presidida pelo deputado Faleiro e possui como 1° vice-presidente a deputada Duda Salabert (PDT-MG) e como 2º vice o deputado **Alexandre Lindenmeyer (PT-RS)**.

A CTRAB conta ainda com as subcomissões permanentes de "Trabalho por Aplicativos e por Plataformas Digitais", de "Proposições relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS" e de "Casos de Trabalho Análogo à Escravidão no Brasil".

/ptnacamara

www.ptnacamara.org.br

/ptnacamara

www.ptnacamara.org.br